

ANTÓNIO MARTINS GOMES*

A Bárbara e o Jau: a escravatura em Camões

A chegada dos portugueses à costa guineense, em meados do século XV, permite o aumento exponencial, à escala mundial, do tráfico de escravos, uma lucrativa actividade comercial que já se efectuava desde os tempos mais remotos. Em Agosto de 1444, uma frota de caravelas, carregadas com a primeira leva de escravos transportados para Portugal, aporta na cidade algarvia de Lagos; sob o olhar interessado do Infante D. Henrique, com direito ao seu quinhão, esta preciosa “mercadoria” é transaccionada no Mercado local, sendo este insólito evento descrito de forma piedosa e condoída por Gomes Eanes de Zurara, na sua *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*:

Mas qual serya o coração, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companha; em huus tinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huus contra os outros; outros estavam gemendo muy doorosamente, esguardando a altura dos ceos, firmando os olhos em elles, braadando altamente, como se pedissem acorro ao padre da natureza; outros feryam seu rosto com suas palmas, lançandosse tendidos em meo do chaão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaes, posto que as pallavras da linguaem aos nossos nom podesse seer entendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza. Mas pera seu doo seer mais acrescentado, sobreveherom aquelles que tiinham carrego da partilha, e começaram de os apartarem huus dos outros; a fim de poerem seus quinhoões em igualleza; onde conviinha de necessityde de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos, e os huus irmãos dos outros. A amigos nem a parentes nom se guardava nhua ley, somente cada huu caya onde o a sorte levava! (Zurara 1841, 133-134)

Decorridas cinco décadas, a 7 de Junho de 1494, Portugal e Espanha negociam os respectivos limites territoriais no Tratado de Tordesilhas, em cujo documento jurídico

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1538-9277>. E-mail: amgomes@fcs.unl.pt.

o monarca D. João II, a pouco mais de um ano da sua morte, obtém para o reino português o domínio exclusivo da navegação no Atlântico sul e o conseqüente monopólio do comércio escravista em todo o continente africano.

No ano da assinatura deste Tratado, o médico alemão Hieronymus Münzer (1437-1508) visita Lisboa, um dos vários pontos de passagem do seu longo périplo de 7500 quilómetros, feito por diversas cidades europeias entre 1494 e 1495, e descreve a sua experiência no *Itinerarium siue peregrinatio excellentissimi viri artium ac vtriusque medicine doctoris Hieronimi Monetarii de Feltkirchen ciuis Nurembergensis*. Neste relato de viagens, redigido em latim, este cientista humanista maravilha-se com o faustoso e ostensivo estilo de vida praticado na corte joanina e comenta a estratégia implementada pelo “Príncipe Perfeito” com vista a alcançar grandes lucros com os escravos, como se observa no seguinte excerto:

O Rei possui negros de várias cores, acobreados, pretos e anegrados, e de línguas diferentes, conhecendo, porém, todos a língua portuguesa [...]. Os etíopes andam sempre em guerra uns com os outros. Fazem-se mutuamente prisioneiros e vendem-nos por uma bagatela [...]. O esperto do Rei português compra os escravos ao Rei vencedor, e, em seguida, por meio dos seus intérpretes e ajudado pelo mar, fá-los reconduzir à sua pátria e vende-os aos amigos deles por ouro, dentes de elefante e outras cousas. [...] Que grande quantidade de escravos negros se trazem todos os dias da Etiópia para Lisboa! (Vasconcelos 1932)

Luís Vaz de Camões nasce no início do reinado de D. João III, após duas décadas de domínio blasonado do venturoso “Rei da Pimenta”. Ao longo da sua infância e juventude, este poeta irá tomar consciência das grandes diferenças sociais existentes num espaço vincadamente dividido entre nobreza e povo, ou senhores e escravos, e prestes a ser devassado pelo aparelho apostólico da Contra-Reforma e pelas fogueiras do Santo Ofício, com a bênção autoritária da Companhia de Jesus e a “piedosa” convivência do braço secular.

Camões aprende, com toda a naturalidade, a conviver numa sociedade que, para além do vestuário, religião, linhagem, profissão ou género, também diferencia e hierarquiza os seus membros pelo tom da pele. Este facto é deduzido e facilmente extrapolado ao lermos, por exemplo, algumas impressões de Nicolau Clenardo (1493/4-1542), um notável humanista flamengo que, a convite da Corte, leccionou língua e cultura latinas em Portugal entre 1533 e 1538. Em Março de 1535, numa das várias cartas que envia ao seu amigo Tiago Látomo, teólogo em Lovaina, descreve alguns aspectos pitorescos de Lisboa e Évora, duas cidades portuguesas que teve oportunidade de visitar; para além de se mostrar deveras surpreendido pelo elevado número de escravos com que se cruza nas ruas, levando-o a imaginar encontrar-se no Inferno, o lugar maligno da religião católica, expressa declaradamente a sua repugnância em relação àquele grupo social, considerando-o causador de uma grande perversão nos costumes e da decadência da raça (cf. Cunha 1893, 33):

Os escravos pululam por toda a parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está a abarrotar com essa raça de gente. Estou quase em crer que só em Lisboa há mais escravos e escravas, que portugueses livres de condição. Difícilmente se encontrará uma casa, onde não haja pelo menos uma escrava destas. [...] Mal pus pé em Évora, julguei-me transportado a uma cidade do inferno: por toda a parte topava negros, raça por que eu tenho tal aversão, que só eles por si bastariam para me fazer abalar daqui. (Cerejeira 1926, 273)

Após os seus tempos de galanterias juvenis e formação escolar em Coimbra, Luís de Camões viverá alguns anos em Lisboa no início da década de 50, um período de grande concentração urbana de escravos, essa inestimável mercadoria que, em larga medida, foi contribuindo para o engrandecimento do Império português. Os escravos eram aproveitados para desempenhar toda a espécie de profissões menos qualificadas, tais como limpar espaços públicos e habitacionais, lavar roupa, carregar água, ou vender bebidas e alimentos, constituindo este conjunto de “criados gratuitos para todo o serviço”, segundo os censos nacionais realizados em 1527, cerca de um décimo da população lisboeta:

Nos resumos finaes diz que Lisboa tem 10 000 casas, em que ha 18 000 vizinhos, sem a cóрте, afora que entram cada dia nãos e ha muitos mercadores estrangeiros e muita outra gente de fora. E as mais das casas sao de dois, tres e quatro sobrados. – Nestes 18 000 vizinhos ha 100 000 almas, entrando 9950 escravos. (AAVV 1908, 242)

A 24 de Março de 1553, após cumprir uma pena de nove meses por se ter envolvido num desacato em plena via pública e ter ferido um membro do Paço real, Camões é libertado da cadeia do Tronco mediante a condição de embarcar para a Índia, ao serviço da Coroa. Afastado do convívio palaciano e forçado a uma expatriação por dezasseis anos, repartidos por Goa, Macau, Malaca, Malásia, Mekong e outras regiões do Golfo Pérsico, o poeta tem a oportunidade única de testemunhar e admirar a copiosa diversidade de civilizações e culturas que os nautas lusos aproximaram do mundo ocidental, mas continua a viver e a conviver em ambientes sociais que mantêm uma separação inabalável entre senhores poderosos e escravos submissos.

No regresso do degredo oriental, numa longa e atribulada viagem de repatriamento, o seu navio faz escala na Ilha de Moçambique, onde Camões permanece entre 1567 e 1569; é, aparentemente, neste território afro-índico que o poeta adquire o jau, um escravo oriundo da ilha de Java, e compõe um poema em redondilha menor, dedicado à beleza invulgar de uma mulher “cativa com quem andava de amores na Índia”, chamada Bárbora, cujos versos a seguir se reproduzem:

Aquella captiva,
Que me tõe captivo
Porque nella vivo,
Ja não quer que viva.
Eu nunca vi rosa

Em suaves mólhos,
Que para meus olhos
Fosse mais formosa.

Nem no campo flores,
Nem no ceo estrellas,
Me parecem bellas,
Como os meus amores.
Rosto singular,
Olhos socegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.

Huma graça viva,
Que nelles lhe mora,
Para ser senhora
De quem he captiva.
Pretos os cabellos,
Onde o povo vão
Perde opinião,
Que os louros são bellos.

Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocára a cór.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha,
Bem parece estranha,
Mas barbara não.

Presença serena,
Que a tormenta amansa:
Nella emfim descansa
Toda minha pena.
Esta he a captiva,
Que me tõe captivo;
E pois nella vivo,
He fôrça que viva.

No que diz respeito a manifestações literárias do sentimento amoroso, o tema da atracção por uma raça exótica não é a grande novidade deste poema camoniano. Com efeito, no *Cancioneiro Geral*, um vasto conjunto de poemas de “frivolidade palaciana”, coligidos e publicados em 1516 por Garcia de Resende, encontra-se um vilancete assinado por D. João de Meneses (Resende 1910, vol. 1, 156-157), no qual o sujeito lírico confessa estar apaixonado por uma escrava sua; para transmitir esta ideia, recorre a dicotomias semânticas ironicamente estabelecidas na primeira estrofe:

Catyvo sam da catyva,
servo d'uma servidor,
senhora de seu senhor.

Porque sua fermosura
sua gracia gratis data,
o triste que tarde mata,
he por mór desventura.
Que mays vai a sepultura
de quem he seu servidor
qu'a vida de seu senhor.

Nám me dá catividade
nem vyda pera viver,
nem dita pera morrer,
e comprir sua vontade;
mas paixam sem piadade,
huma dor sobre outra dor,
que faz servo do senhor.

Assy moyro manso e manso,
nunca leixo de penar,
nem desejo mais descanso
que morrer por acabar.
Oh que triste desejar,
para quem com tanta dor
se fez servo de senhor.

Por sua vez, na *Farsa do Juiz da Beira*, uma peça vicentina encenada pela primeira vez em 1525, em Almeirim, perante a corte de D. João III, encontramos um escudeiro que confessa ao juiz sentir-se apaixonado e “escravo da servidora”:

Eu andava namorado / de ùa moça pretezinha, / muito galante mourinha, / um ferretinho delgado,
/ oh quanta graça que tinha. / Entam amores de moura / já sabeis o fogo vivo, / Ella captiva, eu
captivo: / ora que má morte moura, / Se ha hi mal tam esquivo. / [...] / Andando assim como digo,
/ escravo da servidora. (Vicente 1907, vol. 2, 360-361)

Numa última referência a contactos lusos com outras culturas exóticas, relembremos a carta em que Pêro Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, faz um registo meticuloso da viagem do achamento do Brasil ao rei venturoso e enaltece euforicamente a extraordinária formosura das indígenas de Porto Seguro, que “a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”.

De acordo com a primeira edição das *Rhythmas* (1595), organizadas e prefaciadas pelo licenciado e jurista Rodrigues Lobo Soropita, Luís de Camões compôs um

poema em medida velha e dedicou-o a “ũa cativa com quem andava d’amores na Índia, chamada Bárbora”, em torno do qual ainda muito se especula em estudos camonianos e filológicos, sobretudo quanto ao grau de incidência autobiográfica, à plurissemia de alguns versos, ou à classificação da sua estrutura formal (endechas ou trovas).

Para além de todas estas dúvidas, persiste ainda a mesma indefinição em termos de identidade, profissão ou cor de pele dessa mesma cativa: uma mestiça chamada Luísa Bárbara, que servia na Índia como criada e cozinheira, na opinião do germanista alemão Wilhelm Storck; uma bailadeira indiana de tom moreno escuro, de acordo com Teófilo Braga (1907); uma preta retinta, para Leite de Vasconcelos; uma cozinheira, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos; ou então uma mulata que o teria sustentado, segundo Manuel de Faria e Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo e consagrado biógrafo camoniano que, a propósito desta relação episódica, aproveita para, ao concluir um comentário seu, na edição seiscentista das *Rimas Varias*, lançar uma “farpa” maliciosa ao seu poeta “venerado”:

Vióse reduzido un Hombre que solo fue mayor que todos ellos juntos, a acetar de personas comunes los quatro reales, y los dós, y aun el real para no morir de hambre. Que digo el real de personas comunes? Acetava el plato de asqueroso mantenimiento que se anda a vender por las puertas de los miserables en Lisboa. Una Mulata deste trato (llamavase Barbara), sabiendo sus miserias, le dava muchas vezes un plato de lo que iba vendiendo, y a vezes algun dinero de lo vendido; y acêtava-lo èl. (Camões 1688, 90)

Ao longo do século XVI, os descobrimentos marítimos irão proporcionar ao homem renascentista um crescente conhecimento geográfico de mares e territórios nunca antes explorados. A conseqüente interpenetração da cultura portuguesa com outras civilizações longínquas provoca, em larga medida, o enfraquecimento da unanimidade universal em torno de alguns paradigmas da beleza ocidental e faz emergir uma relatividade no olhar bem mais subjectiva.

Neste sentido, como marca da especificidade histórica do quinhentismo português, o esplêndido retrato físico da escrava Bárbora, delineado nas redondilhas camonianas, vem subverter e desvalorizar o modelo feminino consagrado na *imitatio stili* petrarquista, pois essa “pretidão de Amor” – uma das mais belas e sublimes sínteses concebidas pelo sujeito lírico para melhor descrever a “cousa amada” – abala o cânone da beleza na estética ocidental e questiona as convenções de amor impostas pelas estritas barreiras sociais.

Nesta engenhosa composição, o jogo cultista é protagonizado pelo ludismo lexicai e pela *equivocatio* dialéctica entre ser e parecer, nomeadamente o estatuto ambíguo da cativa que tem *cativo* o sujeito lírico: afinal, a escrava Bárbora é dona e senhora do seu coração. A partir desta inversão de papéis, introduzida nas cortes medievais pelo lirismo occitânico, decorre também um jogo conceptual, na medida em que “a cousa amada” tanto se aproxima do modelo provençal e petrarquista no traço psicológico, ao

ser elevada ao expoente máximo da devoção amorosa, como se distancia desse arquétipo quanto ao retrato físico e ao estatuto social.

Ao colocar a beleza na perspectiva do observador, o poema que homenageia a exótica Bárbara questiona os dogmas da estética ocidental e vulgariza os sonetos *stilnuovistas* feitos em louvor à suprema alvura de Laura. Tendo essa cativa uma beleza superior à de todas as restantes mulheres, então também Camões, pela oportunidade exclusiva de que dispõe para superlativar essa dama “mais-que-perfeita” numa retórica profusamente marchetada de marcas de amor palaciano, impõe a sua inovação estética e transcende a verve decassilábica de Petrarca, o seu incontornável *pai poético*¹.

Este poema camoniano faz sobressair a componente apolínea do Renascimento português, decanta novos estados de alma perante uma beleza tão excêntrica, contribui para enfraquecer o paradigma eurocêntrico e subverte barreiras geográficas, sociais e raciais; alheia-se, assim, da imitação *deferencial* do ideário petrarquista e dá preferência à imitação *diferencial* do novo código maneirista, instaurado, no conteúdo, com a mudança radical do arquétipo feminino e, na forma, com a eleição da medida velha.

A escrava Bárbara contraria, pois, o cânone petrarquista, sendo o seu exotismo peculiar uma autêntica “fonte de felicidade” (Marnoto 1997, 101). Tendo em conta esta última expressão, adequadamente utilizada por Rita Marnoto para caracterizar o sentimento eufórico que o sujeito lírico exprime por aquela cativa tão peculiar, procuremos seguidamente ampliar a variedade de conjecturas já dissertadas em torno da interpretação do último pentassílabo do poema – “é força que viva”.

Estas endechas, cujo género lírico está tradicionalmente associado a uma situação triste ou fúnebre, terão sido compostas por Camões durante a sua viagem de regresso a Portugal. Neste período de maiores privações, as saudades que tem de Bárbara são transmitidas no primeiro verso, por um pronome demonstrativo que implica um afastamento físico (“Aquele cativa”); contudo, a afirmação derradeira do sujeito lírico (“Esta é a cativa”) exprime já uma proximidade espiritual, emanada pela actividade da reminiscência e sustentada por uma orientação neoplatónica.

Partindo deste raciocínio, a sínquise, uma figura de linguagem que ocorre com a inversão violenta da ordem lexical de um verso a fim de se obter um elevado grau de ambiguidade e polissemia, poderá ser um hipotético factor extra para encontrar uma outra leitura exequível no remate do poema, no sentido de se denotar um *amador* arrebatado pelo facto de ganhar inspiração quando idealiza a *cousa amada*: “E, pois nela vivo, / Que viva força é”. Trata-se, com efeito, da coita amorosa, um cativo inteligível que lhe dá energia e mantém acesa a sua chama sensível.

Prosseguindo na indagação dos dois factos que associam Luís de Camões ao tema e à prática da escravatura, encontramos um procedimento dissemelhante quanto à relação

1 Aconselha-se a leitura de: “Convenção e Inovação na Poética Camoniana” (Buescu 1995); “Analogias e contrastes barroquizantes na lírica camoniana” (Gomes 2010).

que este autor terá tido com o jau, um escravo javanês adquirido na Ilha de Moçambique, durante a sua já referida viagem de repatriamento entre Goa e Portugal. No início do século XVII, o sacerdote canonista Pedro de Mariz, considerado o mais antigo biógrafo do poeta quinhentista, reproduz o conteúdo de uma missiva, em que o poeta se justifica a Rui Dias da Câmara pelo seu atraso na entrega da tradução de uns salmos penitenciais, e menciona ainda que, nos últimos anos da sua vida, tivera um escravo, conhecido pelo nome de António:

Era mancebo quando fizera os cantos, farto e namorado, querido e estimado e cheio de muitos favores e mercês de amigos e de damas, com que o calor poético aumentava. E que agora não tinha contentamento nem espírito para nada. Porque ali estava o seu jau, que lhe pedia duas moedas para carvão, e ele não tinha para lhas dar. [...] se não tivera hum Jau, chamado António, que da India trouxe, que de noyte pedia esmola para o ajudar a sustentar, não podera aturar a vida; como se viu, tanto que o Jau morreu, não durará ele muitos meses! (Mariz 1613)

No início do século XIX, a imensa e crescente admiração pelo génio de Camões, sumo exemplo de patriotismo, inspira alguns autores e artistas a episodiar e a divulgar a relação próxima que terá existido entre o poeta quinhentista e o seu escravo. Em 1824, Domingos Sequeira (1768-1837) expõe *A morte de Camões* no “Salon” do Louvre. Tendo desaparecido o original em terras brasileiras ou francesas, restam apenas dois estudos – ou esboços – desse quadro introdutor da escola romântica. Um deles encontra-se exposto no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa; nesse desenho, feito a carvão e giz branco sobre papel (35,5×42,2 cm), vemos Camões em tronco nu, sentado no seu catre com a face e as mãos a erguerem-se ao alto, à luz ténue duma vela; ao lado da enxerga, o jau parece sentir-se impotente para aplacar o padecimento e a desventura do seu amo em fim de vida, o que acentua o realismo dramático do epitáfio que o poeta terá na sua pedra tumular, mandado esculpir por D. Gonçalo Coutinho e curiosamente datado de 1579: “Aqui jaz Luis de Camoens, principe dos poetas de seo tempo; viveo pobre, e miseravelmente, e assi morreo. Anno de MDLXXIX”.

Em 1825, o Romantismo é introduzido oficialmente na literatura portuguesa com a obra *Camões*, um extenso poema em dez cantos, redigido durante o tão sofrido quanto enriquecedor exílio de Almeida Garrett. Desde o primeiro verso, marcado pelo sentimento agridoce da saudade (partilhado, em épocas diferentes, pelo autor e o herói do poema), acompanhamos a epopeia de um talento incompreendido pelo poder e perseguido pela má fortuna; nos últimos anos de vida errante, coloca também ao seu lado o sempre fiel e prestimoso António, o escravo que mendiga pelas ruas para lhe aliviar a miséria e o sofrimento:

E a fome... a fome alfim. – Clamor pequeno
Que de minhas endeixas tenue soa,
Se juncte aos brados das canções eternas
Com que o teu nome, generoso Antonio,

Ja pelo mundo ingrandecido echoa.
 Vêde-o, vai pelas sombras caridosas
 Da noute, de vergonhas coitadora,
 De porta em porta tímido esmolando
 Os chorados seitis com que o mesquinho,
 Escasso pão comprar. *Dae, Portuguezes,*
 Dae esmola a Camões. Eternas fiquem
 Êstas do estranho bardo memorandas,
 Injuriosas palavras, para sempre
 Em castigo e escarmento conservadas
 Nos fastos das vergonhas portuguezas. (Canto X, 183-184)

Em meados do século XIX, o pintor francês Simon Guerin (1812-1850) compõe a *Mort de Camoens* (70×20,3 cm), uma litogravura em tom chiaroscuro onde o poeta se encontra deitado na sua enxerga. Uma pena, mergulhada num tinteiro, e *Os Lusíadas*, em cujo volume assenta a sua mão direita, estão à sua cabeceira; perto de si, o jau, figurado seminu e com uma tonalidade de pele mais escura, está sentado no chão e encostado ao leito, parecendo aguardar pacientemente pelo derradeiro suspiro do seu amo.

Em 1853, o pintor romântico Francisco Augusto Metrass pinta o quadro *Camões na gruta de Macau*. Neste óleo sobre tela (1,63×1,32 m), exposto actualmente no Museu de Arte Contemporânea de Lisboa, o poeta, tendo ao seu lado o acanhado e melancólico jau, parece meditar no poema que o consagrará como vate supremo da nação; a pena, na sua mão direita, e a espada, a seus pés, consubstanciam a sua vida, numa alusão simbólica aos derradeiros versos da sua epopeia: “Pera servir-vos, braço às armas feito, pera cantar-vos, mente às Musas dada” (Canto X, estr. 155, 478). Parece tratar-se, contudo, de uma representação inverosímil, pois não existem referências plausíveis de que, em Macau, já se tivessem encontrado.

Em 1861, é publicada a litografia *Camões no leito de morte*, assinada por Cupertino, onde os momentos finais do poeta estão novamente representados: velho, debilitado, andrajoso e esquelético, recebe, num pobre leito, a visita de um nobre, que pode ser identificado como sendo o seu amigo D. Gonçalo Coutinho, enquanto é amparado por um homem, cujos traços fisionómicos se assemelham aos que teria esse escravo trazido “das Índias”, nomeadamente cabelo curto e delgado, olhos escuros e rasgados, e bigode e pêra ao estilo oriental.

Em 1880, o patriotismo é um dos principais instrumentos do Partido Republicano Português, cuja linha ideológica é marcada, nesta sua fase propagandística, pelo incentivo à celebração dos grandes heróis da História, como sucedera em França, com as homenagens prestadas aos filósofos iluministas Rousseau e Voltaire, em 1878. Entre vastos e importantíssimos tributos político-culturais que assinalaram o terceiro centenário da morte do vate da nação, injustamente abandonado por membros da dinastia brigantina, ainda reinante, Gomes Leal edita *A fome de Camões* (1880); neste poema em quatro

cantos, a dependência económica de Camões em relação ao seu escravo e o seu pesar pelo falecimento prematuro deste são assinalados em duas passagens:

Morreu-lhe o escravo, o seu fiel amigo,
o seu amparo e seu bordão no mundo,
morreu-lhe o humilde companheiro antigo,
no seu peito deixando um vacuo fundo.
Hoje pois triste, velho, sem abrigo,
faminto, abandonado e vagabundo,
tenta esmollar tambem pelas esquinas.
Ó lagrimas!.. Ó glorias!.. Ó ruinas!.. (Canto I, 25)

[...]

Depois narrou a rude lueta immensa
Com todas as potencias da Desgraça,
E o Genio atravessando a névoa densa,
Como um espectro livido que passa:
as lagrimas da Fome e da Doença,
e o mendigar do escravo sobre a praça,
pedindo supplicante á turba e ao mundo
esmola para um Genio moribundo.

Pintou a morte d'esse escravo amigo,
e o Genio inda mais triste e no abandono
da força d'esse servo, seu abrigo,
dos amigos, dos nobres, e do throno. (Canto III, 26 e 27)

A propósito desta tocante relação entre um grande poeta e um pobre escravo durante perto de uma década, existe, na freguesia de Alcântara, uma área a cujas ruas a Câmara Municipal de Lisboa atribuiu alguns nomes de autores prestigiados da literatura portuguesa, tais como Gil Vicente, Filinto Elísio, João de Barros, João de Lemos, Sá de Miranda ou Soares de Passos; contudo, três destas placas toponímicas estão topográfica e intimamente ligadas, uma vez que a *Rua Luís de Camões* é atravessada pela *Rua Jau* e pela *Rua dos Lusíadas*, ou seja, é como se a interessante conjugação desta tríade procurasse reforçar a importância desse escravo javanês, tanto para a conclusão e “imprimissão” da obra épica, como para a assistência prestada ao poeta no término da sua vida.

Camões viveu uma vida que oscilou entre o dignificante Paço e o degradante cárcere, a euforia renascentista e o mundo ao revés, a efemeridade da fama e a persistência da fome, a intelectualidade assombrosa e a indigência decadente, a celebração erótica das letras e o chamamento bélico das armas, ou a ortodoxia geocêntrica da Máquina do Mundo e a irreverência pagã dos numes olímpicos. Assim, à imagem e semelhança de uma vida que ficou “pelo mundo repartida”, encontramos também, nos últimos anos da vida de Camões, uma atitude dicotómica perante o tema da escravatura: por um lado, a escrava Bárbara do seu belo poema em redondilha revela originalidade perante o

esgotado cânone estético, confirma a euforia dos descobrimentos portugueses e assinala uma maior abertura de mentalidades a outras civilizações distantes e culturas exóticas; por outro lado, a posse do escravo Jau parece demonstrar, entre as “puras verdades” e as “fábulas sonhadas” anteriormente referidas, o seu grande conservadorismo social e o seu lado mais pragmático. Esta clivagem entre a ideia etérea, teoricamente poetizada em fino papel, e o acto térreo, instintivamente praticado no duro e prosaico quotidiano, pode ser mais um aspecto a ter em conta na *imitatio* camoniana!

Com efeito, o poema “Aquela cativa” mostra uma irreverência primícia perante o velho cânone petrarquista, relativiza o paradigma da estética ocidental e questiona a segregação racial no capítulo amoroso, ao ponto de trocar as posições sociais; todavia, a obscura informação biográfica, consensualmente cotejada até agora, converge na ideia de que o seu autor optou por uma via mais conservadora e pragmática, não abdicando de imitar muitos outros compatriotas que, apesar dos escassos recursos económicos, eram sempre acalentados pela quimera de grandeza da ventura manuelina.

A confirmarem-se estes pressupostos, então Camões também manteve a tradição de ter um escravo às suas ordens e de, durante perto de uma década, fazer parte da brutal e impiedosa máquina que alimentou o aviltante negócio da escravatura em Portugal, e no mundo, até ao início do liberalismo oitocentista.

Bibliografia

- AA.VV. 1908. *Archivo Historico Portuguez*. vol. VI. Lisboa: Oficina Tipográfica.
- BRAGA, Teófilo. 1907. *Camões, época e vida*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1995. “Convenção e Inovação na Poética Camoniana”. *Oceanos – Rhythmas 400 anos*: 104-110.
- CAMÕES, Luís de. 1688. *Rimas varias de Luis de Camoens*. Tomos III, IV, V, Segunda parte. Lisboa: Imprenta Craesbeeckiana.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves. 1926. *O Humanismo em Portugal – Clenardo*. 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- CUNHA, Xavier da. 1893. *Pretidão de amor*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GARRETT, Almeida. 1825. *Camões*. Paris: Livraria Nacional Estrangeira.
- GOMES, António Martins. 2010. “Analogias e contrastes barroquizantes na lírica camoniana”. In *Literatura e Cultura: Percursos Críticos*, ed. Maria Cristina Pimentel Campos e Gerson Luiz Roani, 93-102. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa.
- LEAL, Gomes. 1880. *A fome de Camões*. Lisboa: Empreza Litteraria Luso-Brazileira de A. Souza Pinto e Livraria Industrial de Lisboa.
- MARIZ, Pedro de. 1613. “Ao estudioso da lição poetica”. In *Os Lusíadas*, ed. Luís de Camões, VII-XII. Lisboa: Pedro Craesbeck.
- MARNOTO, Rita. 1997. “Camões, Laura e a Bárbara escrava”. *Máthesis* (6): 77-103.
- RESENDE, Garcia de. 1910. *Cancioneiro geral*. Nova ed. 5 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VASCONCELOS, Basílio de, ed. 1932. *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VICENTE, Gil. 1962. *Obras Completas*. Porto: Livraria Civilização.

ZURARA, Gomes Eanes de. 1841. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné: escrita por mandado de elrei D. Affonso v, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique*. Paris: J. P. Aillaud.